

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES
DA SILVA**

Portaria ITESP - 50, de 16-6-2004

O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP

Considerando os fins precípuos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, que, nos termos da Lei Estadual n. 10.207, de 08 de janeiro de 1999, consistem no planejamento e execução das políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado, com a implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de trabalhadores rurais;

considerando a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos para a convocação de trabalhadores rurais classificados, em face da desistência de exploração de lotes agrícolas manifestada pelos beneficiários dos planos públicos, resolve:

Artigo 1º - O beneficiário que pretender desistir da exploração de lote agrícola dos projetos de assentamento implantados e administrados pela Fundação ITESP, nos termos da Lei Estadual n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985, deverá manifestar a desistência por meio de aviso endereçado ao Responsável Técnico do Grupo Técnico de Campo que administre o projeto de assentamento onde se localize o lote.

Parágrafo único - Não será válida desistência formulada por apenas um dos cônjuges ou companheiro.

Artigo 2º - O aviso de desistência deverá conter:

I - o nome completo do beneficiário e de seu cônjuge ou companheiro;

II - o número do lote agrícola, sua localização e, havendo, o número do lote da agrovila;

III - a manifestação da desistência e os motivos que a determinaram;

IV - a especificação de todas as benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias existentes no lote agrícola;

V - a discriminação das benfeitorias e acessões existentes no lote antes da entrada do assentado ou que tenham sido adquiridas gratuitamente do beneficiário antecessor;

VI - a discriminação das benfeitorias e acessões erigidas pelo trabalho do assentado desistente, após sua entrada no lote, descrevendo a data de sua edificação, o seu estado de conservação, sua funcionalidade e estimando o seu valor;

VII - a discriminação das benfeitorias e acessões adquiridas onerosamente do antecessor do assentado desistente, descrevendo o seu estado de conservação atual, sua funcionalidade e estimando o seu valor;

VIII - a descrição das benfeitorias e acessões que o assentado pretende levantar ao desocupar o lote;

IX - a indicação das benfeitorias e acessões gravadas por financiamentos não quitados;

X - a relação dos documentos juntados para prova das informações contidas no aviso de desistência;

XI - data, local e assinatura do assentado e de seu cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único - Só poderão ser levantadas as benfeitorias e acessões comprovadamente adquiridas de forma onerosa do antecessor do assentado desistente ou erigidas pelo trabalho do assentado desistente.

Artigo 3º - Para efeito do que dispõe esta portaria, consideram-se:

I - acessões, os bens aderidos ao solo por intervenção do trabalho humano, como estufas, viveiros, sementeiros, tanques de reprodução e criação de peixes, plantações para fins comerciais, de auto-consumo, de arborização ou de recomposição florestal ou paisagística e outras construções e instalações;

II - úteis, as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso das acessões;

III - necessárias, as benfeitorias que têm por fim conservar as acessões ou evitar que se deteriores;

IV - voluptuárias, as benfeitorias de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual das acessões, ainda que as tornem mais agradáveis;

Artigo 4º - Em nenhuma hipótese será admitido que servidores atuem na condição de intermediários entre assentados desistentes e trabalhadores rurais classificados na lista, sob pena de caracterização de falta funcional grave.

Parágrafo único - A atuação dos servidores limitar-se-á à verificação da veracidade dos dados contidos no aviso de desistência, por intermédio da elaboração de Laudo de Constatação e Avaliação, a ser apresentado, após sua homologação, à Comissão de Seleção, que identificará os candidatos aprovados de seu teor.

Artigo 5º - Para assegurar a observância do disposto no artigo anterior, o Responsável Técnico de Campo, após receber o aviso de desistência devidamente protocolizado, fará sua conferência e, a seguir, o encaminhará à Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento.

Artigo 6º - Após ter sido providenciada a juntada do aviso de desistência ao processo do beneficiário pela Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, os autos serão remetidos à Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários que designará um Analista de Desenvolvimento Agrário, com formação em Engenharia Agrônômica, para realizar a vistoria e o laudo.

Art. 7º - O assentado desistente será previamente notificado do dia e do horário em que se realizará a Vistoria de Constatação e Avaliação.

Artigo 8º - O laudo deverá conter:

I - o histórico da ocupação do assentado no lote agrícola, consignando-se, especialmente, a data em que iniciou a exploração;

II - a descrição de todas as benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias existentes no lote agrícola;

III - a discriminação das benfeitorias e acessões existentes no lote antes da ocupação do assentado desistente ou que tenham sido adquiridas gratuitamente do beneficiário antecessor;

IV - a discriminação das benfeitorias e acessões adquiridas onerosamente do beneficiário antecessor, seu estado de conservação, sua funcionalidade e seu valor estimado;

V - a discriminação das benfeitorias e acessões erigidas pelo trabalho do assentado desistente, após sua entrada no lote, descrevendo a data de sua edificação, o seu estado de conservação, sua funcionalidade e estimando o seu valor;

VI - parecer quanto ao cumprimento dos requisitos previstos no termo de autorização de uso e legislação pertinente, especialmente quanto à moradia e à exploração da área;

VII - a descrição das benfeitorias e acessões indicadas no inciso VIII, do artigo 2º, que poderão ser levantadas pelo assentado desistente.

VIII - a descrição das acessões e benfeitorias adquiridas gratuitamente pelo assentado desistente, por força de investimentos e programas públicos durante a exploração do lote agrícola.

Artigo 9º - Não se incluirá no valor da avaliação:

I - as acessões referidas nos incisos III, VII e VIII, do artigo anterior;

II - as culturas temporárias;

III - a terra nua do lote.

§ 1º - A avaliação abrangerá as despesas comprovadas de conservação das acessões e benfeitorias referidas no inciso I deste artigo.

§ 2º - O arrolamento das acessões e benfeitorias poderá basear-se em vistorias anteriores, contratos de financiamento e cadernetas de campo. Em tal hipótese, as respectivas cópias serão, obrigatoriamente, juntadas ao laudo.

§ 3º - Os dados relativos ao preço das benfeitorias e acessões poderão ser obtidos junto às prefeituras municipais, órgãos estaduais e por pesquisa de mercado.

§ 4º - A Vistoria de Constatação e Avaliação será convertida em Vistoria de Constatação de Irregularidades sempre que for apurada a inércia do assentado para sanar ou apresentar defesa relativamente às irregularidades constatadas em vistorias anteriores à protocolização do aviso de desistência. Em tal hipótese, serão imediatamente tomadas providências para a exclusão do beneficiário do projeto de assentamento.

§ 5º - O Laudo de Constatação e Avaliação deverá ser concluído no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos, e será datado e subscrito pelo Analista de Desenvolvimento Agrário.

Artigo 10 - Apresentado o laudo, o Diretor Adjunto de Políticas de Desenvolvimento observará se foram contempladas as disposições desta portaria e o encaminhará ao Diretor Executivo, para ciência e homologação.

Artigo 11 - Uma vez homologado o laudo, dar-se-á ciência ao assentado desistente e à Comissão de Seleção de seu teor.

§ 1º - O laudo terá caráter comparativo e informativo, devendo o assentado desistente e a Comissão de Seleção serem esclarecidos quanto aos parâmetros de sua elaboração e que a sua homologação não gera qualquer obrigação para a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", em especial, a de ressarcir o assentado desistente por benfeitorias e acessões.

§ 2º - Caberá recurso da homologação quando o laudo for desfavorável ao levantamento das benfeitorias e acessões indicadas pelo assentado desistente.

Artigo 12 - Em qualquer momento, o assentado desistente poderá alterar o aviso de desistência para nele incluir proposta de levantamento integral das benfeitorias e acessões referidas nos incisos VI e VII, do artigo 2º.

Parágrafo único - Se a proposta de levantamento integral houver sido apresentada após a elaboração do laudo, o Analista de Desenvolvimento Agrário emitirá parecer do qual caberá recurso.

Artigo 13 - O ingresso dos beneficiários dos planos públicos nos projetos de assentamento sempre será precedido de vistoria, visando à descrição de todas as benfeitorias e acessões existentes no lote agrícola que irá ser explorado, devendo a respectiva cópia ser juntada ao processo do novo beneficiário.

Artigo 14 - Os recursos previstos nesta portaria serão interpostos perante o Responsável Técnico, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência do laudo, e endereçados ao Diretor Executivo, a quem caberá o seu julgamento, observando-se a tramitação prevista na Lei Estadual n. 10.177, de 30 de dezembro de 1998.

Artigo 15 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.